



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 41/2025

(Plenária Presencial)

Aos tres dias do mês de dezembro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

### **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Ceba;**  
Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio);**  
Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;**  
Francyne da Rosa, **CEMME;**  
Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA;**  
Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**  
Luciula Abreu, **Fundação O Pão dos Pobres;**  
Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**  
Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM;**  
Natália Laurindo, **AHMI;**  
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**  
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**  
Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

### **CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED;**  
Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS;**

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

### **FALTAS JUSTIFICADAS:**

Priscila Balestrin e Fabrícia Demo, **Parceiros Voluntários.**

### **DEMAIS PRESENTES:**

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH;**

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID;**

Viviane Anchieta e Gregory dos Santos Alvanoz, **Administrativos SMIDH;**

Márcia Gil e Maria de Fátima Gea, **Conselho Tutelar;**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

### **PAUTA:**

#### **1. Abertura;**

#### **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;**

#### **3. Informes.**

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

#### **1. ABERTURA;**

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde, então. Iniciar mais uma plenária. Hoje, então, nós vamos começar já de cara com a apresentação do CT, a Márcia. Que na semana passada, a gente falou um pouquinho, a Márcia trouxe um pouquinho sobre a pauta que ela ia estar trazendo hoje e que é sobre o comitê e tudo mais. Então, Márcia, por favor, passo para ti.

### **CONSELHO TUTELAR:**

**Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Boa tarde. Como nós tínhamos combinado na reunião anterior, hoje a gente viria com a Doutora Maria de Fátima Gea. Ela é pediatra, ela é coordenadora do CRAI, ela vai se apresentar melhor. É a especialista em violência sexual no Rio Grande do Sul, ela dá formação para todos os CRAIs. Ela vai falar melhor sobre isso. É referência, ela é uma grande referência. Nós temos aqui em Porto Alegre a grande referência e temos que nos orgulhar disso e valorizar isso, coisa que pouco se faz. A gente pouco valoriza. E nós em Porto Alegre

temos muitas referências, somos referência para muitas coisas e uma delas é essa. Então, nós vamos contar um pouquinho da lei e dessa luta que a gente está levando há 2 anos, esse comitê que a gente fala aqui, o que que é e tal. Vocês me perdoem, eu fiz isso aqui num tempinho que eu consegui. Essas imagens, eu peguei as fotos, botei ali, não tenho a equipe técnica do conselho, a gente não conseguiu. A gente conseguiu esse momento para estar aqui, a doutora, imagina, ela é coordenadora do centro de referência, então a gente conseguiu esse tempo. Então muita coisa não está aí, mas foi o que a gente conseguiu, até valorizando esse espaço aqui, tá? Então, foi o que nós conseguimos, mas perdoem a qualidade do material. Por favor, se apresenta melhor, doutora. **Maria de Fátima Gea, CRAI:** Boa tarde a todos. Obrigada pela oportunidade de estar aqui. Eu também estou em fase de aprendizado, porque a gente está sempre envolvida com essa temática da violência. Eu já estou ali no CRAI, vai fechar 14 anos daqui a pouco e, em março, faz 6 anos que eu assumi a coordenação. Eu sou pediatra de formação e, juntamente com a Márcia, a gente está tentando implantar o Comitê de Gestão Colegiada aqui em Porto Alegre, que faz parte do recomendado pela lei 13.431. Porto Alegre começou o contrário. A lei é de 2017 e a lei fala da importância de termos os centros integrados e de se ter também o Comitê de Gestão Colegiada para que se possa organizar os fluxos de atendimento às violências dos municípios. Então, o comitê é quem vai fazer a costura entre todos os setores para que se possa definir a cidade de Porto Alegre tem esse fluxo que reúne e liga todos os setores, então: turismo, assistência, saúde, educação. Porque a gente sabe que todo mundo tem muitos projetos, todo mundo tem fluxo, mas muitas vezes os fluxos não se conversam. Então é justamente esse diálogo entre os fluxos, entre os serviços, que o comitê tem a intenção de ajudar. E a lei diz isso: institui o comitê, institui o centro integrado. E Porto Alegre fez o contrário, tem o centro desde 2001, mas não tem o comitê ainda. **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Isso. Então, nós vamos mostrar um pouquinho a lei. Vamos começar, então. Passa a primeira lâmina, por favor. Será que eu não botei? Não tem a apresentação? Ah, mas aí, Márcia, tu está muito amadora. Tem sim, é 1 de 23. É só subir. Está bem, então eu estou amadora sem apresentação. Apresentação de slides lá em cima. Começar do início. Está desconfigurado. Então a lei, pode fazer essa parte aí. **Maria de Fátima Gea, CRAI:** A lei é esse número, de 4 de abril de 2017, ela estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e ela altera ali alguns artigos do ECA. O ECA, vocês sabem, ontem até tive uma aula na escola de conselhos, estou ficando mais sabida, desde a implantação, o ECA já teve muitas modificações. Então, o ECA, ele é um estatuto, ele já teve muitas modificações desde a

sua implantação. Parece que ontem o Zé Carlos estava falando, ele até vai escrever um artigo, me parece que são 48 leis que já mudaram, mas essa é uma delas, tá? E ela, o decreto 9.613 de 10 de dezembro de 2018, ele institui o sistema de garantia de direitos do adolescente vítima e testemunha. Quando se fala muito do trabalho em rede: "Ah, mas por que que eu tenho que ir em rede?". Porque sim, porque tem lei para isso. O sistema de garantia de direitos é um trabalho articulado em rede. Cada política tem o seu papel dentro da rede. E essa lei, ela coloca bem desenhado, se a gente for ler a lei e o decreto, está bem desenhadinho o que é de cada política. Pode passar, por favor. Aqui na corrida, mas aí a doutora vai falar o que ela traz um pouco, que é bem interessante. Ela traz, ela define a diferença entre a escuta especializada e o depoimento especial, que a escuta é aquela feita pela rede de proteção, então todos os entes que estão envolvidos nessa rede, e o depoimento que é feito ou pela polícia ou em juízo depois. Estabelece esse cuidado mesmo e a importância de como a gente tem que abordar essas vítimas, como se deve fazer essa escuta, justamente evitando a revitimização. A gente sabe que em serviços e municípios, locais onde não existe um fluxo estabelecido, onde não se aplica a escuta através da lei e onde não tem esse diálogo entre os serviços envolvidos nesse atendimento, acaba que esse paciente, para cada local que ele vai, ele tem que contar a sua situação de violência. Então, ele fez a revelação, já falou uma vez. Vai na delegacia, fala de novo. Chega lá no departamento médico legal, tudo se um serviço encaminha para o outro. Para fazer perícias, vai falar de novo. Chega no conselho tutelar, chega na saúde. Então, minimamente umas 5 vezes essa pessoa precisou fazer o relato da sua violência. E cada vez que ela precisa relatar os fatos, ela está revivendo essa violência, e a gente chama isso de uma revitimização. Então, justamente um dos intuitos da lei é evitar que isso aconteça, se instituindo esses fluxos todos. E aí ela tipifica os principais tipos de violência. **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Esse é o comitê, tá? Ali está o IML, ele faz as perícias física e psíquica, está a Polícia Civil, está a saúde, o CRAI é o serviço de saúde, depois o CRAI, acho que vai explicar bem o que que é. Estão ali o Conselho Tutelar, o Ministério Público, quem mais está ali? A Prefeitura, a Susana que era do Calábria. Eu acho que ela estava com o CMDCA à época, o Carlos estava com o CMDCA, tá? O Carlos Simões era o CMDCA e a Susana. Então, esse aí foi o primeiro, é ainda, tá? A gente tem um grupo, esse aí é o comitê. A gente ainda tem um grupo que conversa com esse comitê. Você também, foi nas reuniões, está também. Então ali estão esse grupo, a gente ainda dialoga, certo? Pode passar, por favor. Aqui também a gente foi numa reunião lá na justiça. Essa é uma pessoa também que entende bastante da violência sexual, ela estava chefiando as assistentes sociais lá

224 no sistema de justiça, fomos convidar para o sistema de justiça também fazer parte desse comitê.  
225 Esse aqui foi o primeiro seminário que a gente fez já com a rede, tentando já começar a trabalhar  
226 os fluxos, acho que quem estava aqui lembra. Então, foi bem bom, a gente fez uma formação  
227 de manhã com a psicóloga perita, a Luciana, do GP, com aquele psicólogo que foi da UFRGS  
228 que violência com meninos. O psicólogo foi online, que ele trabalha na universidade do interior,  
229 mas o trabalho dele é com meninos, violência sexual com meninos, ele era aqui da UFRGS, eu  
230 lembro, a formação dele. E com a Rosângela, que é da saúde do estado. E de tarde nós fizemos  
231 trabalhos em grupos. Pode passar. Já começando, então o Carlos fez aquela dinâmica e nós  
232 começamos já a discutir a questão dos fluxos para cada política. É, para cada. Pode passar. Foi  
233 bem bom esse dia, já era um momento de formação e de trabalho mesmo ali, visando a questão  
234 dos fluxos. Aí o Conselho Tutelar já apresentando a sua. E ali já era um esboço do que o  
235 Conselho Tutelar, já é o nosso, a gente já trabalha com esse pré-fluxo, tá? Porque é o que eu  
236 disse para vocês semana passada, a gente já tem bem um alinhamento de como é que é o nosso,  
237 por onde entra a demanda, o que que se faz. Já tem, é um pré-fluxo. Então a ideia é assim, que  
238 cada política saiba por onde entra a demanda, o que que faz, para onde manda, entendeu? Qual  
239 é a conversa com os outros atores da rede. E assim por diante, todos saibam. Tá? Então, isso aí  
240 é só do Conselho Tutelar, só para vocês terem uma ideia. Durante a calamidade a gente parou,  
241 óbvio. Só que nós não paramos. Nós continuamos nos reunindo, daí o Carlos, a doutora e a  
242 Susana, continuamos nos reunindo e também com o grupo grande, fizemos um folderzinho. Só  
243 que eu não o tenho aqui, se tu tiver, manda. Eu não consegui achar, não tive tempo. E foi um  
244 folderzinho que a gente entregou nos alojamentos. Nós fomos, como era preocupação muito  
245 grande nesse comitê a questão do abuso, enfim, da violência sexual nos alojamentos. Então a  
246 gente foi em todos os alojamentos e entregamos. Eu acho que foi até a menina da polícia que  
247 fez. Eu não me lembro, mas foi. Acho que foi. Eu vou procurar aqui no Canva, que no celular  
248 eu não tenho mais. É, mas enfim, fizemos um documento coletivamente bem interessante,  
249 fomos. Teve aquele momento da carta, Abrace, que passou por aqui, aquela questão da carta,  
250 acho que veio pelo CMDCA. Sim, que a gente trabalhou lá no Vida. Isso, fazendo os grupos.  
251 Eu também tenho as fotos, mas não consegui. Mas o comitê trabalhou muito por aí, tá? Então,  
252 paramos da construção dos fluxos e iniciamos outro planejamento emergencial. O folder para  
253 ser entregue nos alojamentos, a nota técnica contra a cidade de lonas de 10.000 pessoas no Porto  
254 Seco, que isso preocupava muito a gente, botar pessoas de todos os lugares juntas num só lugar.  
255 E as rodas de conversa com os alojamentos. Eu lembro que eu fui no IPA com o Carlos, você

256 foi no Vida. Então, nós fizemos várias idas em vários lugares para aquela questão da carta de  
 257 Pernambuco e tal. Foi bem interessante esse momento que a gente conseguiu redimensionar  
 258 para o que estava vivenciando. Isso aí é algumas idas que a gente fez lá com a doutora da  
 259 UFRGS, que ela é a nossa promotora, ela é referência para implantar isso no município, né? Só  
 260 para dizer para vocês que agora nos 35 anos a gente foi muito cobrado. Todos os eventos que a  
 261 gente ia, era jogado assim: "E Porto Alegre não tem, Porto Alegre não tem, Porto Alegre não  
 262 tem". E nós dizíamos: "Olha, estamos tentando". Mas, enfim. Então ali, você está lá, essa foi a  
 263 nossa última reunião, você está lá, né? Foi em maio essa reunião, 25 de maio, se não me engano,  
 264 tá, gente? Nessa reunião, tu também está lá. Nessa reunião a gente tirou que o documento, que  
 265 a PGM tinha mandado, não me deixem mentir, viria para a secretaria e estava pronto, era só  
 266 para o prefeito sancionar. Pode passar. Isso foi feito, nós fizemos uma reunião, a Carol, nós aqui  
 267 com o secretário, fechamos com ele isso, foi para a advogada, eu fiquei em cima. Daí faltava:  
 268 "Qual é o texto? Qual é o texto?". Eu disse: "Ó, o texto é esse". "Ah, e os representantes?". "É  
 269 paritário, não é paritário?". O Carlos me disse: "É assim e deu". Daí eu disse para a advogada:  
 270 "É isso, está certo". O secretário naquele dia foi lá e, no dia, não tinha mais advogada. Quando  
 271 eu fui lá, quando eu vim e disse para o secretário: "Olha, não foi ainda", qual a surpresa que eu  
 272 cheguei aqui na semana passada e me disseram que tinha voltado. Entendeu? Daí eu digo: "Não  
 273 dá mais, gente, pelo amor de Deus, voltou por quê? Se veio da PGM, por que que voltaria para  
 274 a PGM? Não estou entendendo". **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Na última reunião, como eu  
 275 disse para vocês, dois daqueles colegas ali cansaram, que é o Carlos e a Susana. A Susana nem  
 276 está mais na Família Acolhedora, o Carlos nem está mais no CMDCA. Acredito que voltem em  
 277 outro momento, mas agora se exauriram disso, vai e volta. Está desde, no dia que nós fomos,  
 278 essa reunião aqui é 21 de 8. Então, nós tiramos, nesse dia que o Carlos e a Susana saíram desse  
 279 comitê que a gente diz, que é um grupinho de 4 que nós tínhamos. Depois dessa reunião, nós  
 280 fomos visitar. Nós fizemos várias reuniões, sempre na tentativa de ver que estratégias usar. Daí  
 281 nós fomos a Guaíba, pedimos um carro do secretário, o secretário nos deu o carro e fomos a  
 282 Guaíba conhecer. Lá tem, então Guaíba, depois que aconteceu aquilo com aquela menina,  
 283 porque sempre tem que ter algo, a menina que acharam lá, eles fizeram o centro, o Centro  
 284 Amanhecer. E eles lá já têm esse comitê. Eles já têm o comitê. A Maria de Fátima fez um  
 285 encontro com os 7 CRAIs do estado, na semana passada. Porque, depois dessa reunião que o  
 286 Carlos e a Susana saíram, cansaram, eu e a Fátima dissemos: "Olha, agora nós vamos continuar.  
 287 Só que nós vamos de novo para as últimas tentativas, senão a gente também cansa." Então a

gente entrou em contato com o Ministério Público para marcar, entramos em contato com a presidente do CMDCA, pedindo essa pauta aqui. Entramos em contato com o Ministério Público para pedir para retomar as reuniões lá, porque ela também tem a obrigação de pressionar o poder público. Porque nós entendemos que esse movimento que nós fizemos, os movimentos todos, de conhecer trabalhos em outras regiões, de conhecer, estudar a lei, de procurar fazer o nosso trabalho, a gente entende que a gente fez, está fazendo isso. E que o gestor não está indo na celeridade que precisa, porque a gente está se disponibilizando a fazer formação. Lá, por exemplo, eles fizeram em Guaíba a formação para todas as políticas, teríamos até uma, fizeram com quantas pessoas lá, 80? Não me lembro mais, foi grande a formação em Guaíba. Então nós poderíamos fazer a formação tranquilamente, a gente tem expertise em Porto Alegre para fazer.

**Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu lembro, acompanhei em 2001, quando foi implantado o CRAI em Porto Alegre, tem uma história de 20 e poucos anos, 24 anos. Eu lembro bem quando a discussão toda. Eu acho que, embora não tenhamos o comitê, esse deva fomentar mais, talvez a gente tenha que azeitar isso melhor. Mas o que eu acho que é tão importante para nós, para a rede, esse comitê, hoje o CRAI junto com o conselho, talvez com o lançamento oficial do comitê, com o conjunto de atores, criar protocolos para toda a rede: para a escola, para a instituição, um protocolo básico. Porque tem, muitas vezes, a incidência, até chegar no CRAI, quando há uma desconfiança de uma situação de violência sexual, já houveram várias violências de tanto escutar a família, a criança. Tem aquele problema, um cara cego escreveu lá dos Estados Unidos, as falsas memórias que vão se criando, as narrativas, que também são nocivas, que depois traumatizam tanto quanto a violência sexual. Então, são temas que a gente tem que cuidar, por isso que existe toda uma técnica. E as instituições da rede não estão preparadas. Nós, por uma força, no ano de 2010, a instituição, nossa, por cobrança do organismo internacional que era a KNH, da Alemanha, fizemos o treinamento para criar o protocolo, que aquelas instituições que tinham convênio internacional tinham que fazer. Era o plano de proteção à infância, mas voltado às questões, principalmente de violência sexual, mas todos os tipos de abuso de autoridade que são hoje tratados no mundo, que são os assédios ou aquilo que hoje no processo de formação do estatuto, a gente está discutindo o que que significa dar voz ativa para uma criança, a escuta ativa, profunda. Porque ainda a nossa escuta da infância, tem a ver com tudo isso, ela não é acreditada. Hoje, como a violência, quantas mulheres também. Hoje nós já temos a Lei Maria da Penha que empoderou. Mas para as crianças, nós temos uma dificuldade. E as formações deveriam atender

a rede escolar, principalmente, que atende a criança, e a rede socioassistencial, que é onde chegam os casos. E para ter um treinamento mais sensível de como captar, mas também para não se antecipar. Porque eu lembro que, há uns anos atrás, houve uma denúncia nas ilhas, que aconteceu com envolvimento do Conselho Tutelar e Ação Rua. O processo foi mal conduzido, houve uma separação de um casal com uma denúncia que foi depois apurada que não houve violência. O casal separou e a instituição, como foi errado, entrou num processo judicial contra e teve que ser indenizada pelo Estado, a política da Ação Rua junto com o Conselho Tutelar das ilhas. Isso faz uns 12 anos atrás, ou 15, bem no início da Ação Rua, para também não haver equívocos no processo de encaminhamento. Mas a formação para mim, da rede, é decisiva. Inclusive, o conselho, eu era presidente, uma situação lá no Porto Seco, fizemos uma campanha, a Maria do Rosário ainda era ministra de direitos humanos na época. Nós fomos a uma situação vexatória que passamos. Uma entidade da nossa rede fez uma apresentação com crianças num nível de apelação sexual que todo mundo ficou e sobrou para mim, presidindo. Depois da apresentação da fala, me pediram: “Pelo amor de Deus, fala alguma coisa”. Porque ficou moralizante, ainda porque eu tenho a figura religiosa, de falar daquela apresentação que, pedagogicamente, dentro da nossa rede, foi feita uma hiperssexualização das crianças de uma forma assustadora. Então, todos esses cuidados, eu acho que essa discussão, por isso que essa temática se reveste de cuidados, de uma formação muito profunda. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Eu só queria contribuir com as colegas. No período que nós estávamos participando no comitê, isso sim foi pensado. Eu acho que é importante dizer que, além do reconhecimento enquanto comitê dentro de Porto Alegre, essas construções e os encontros que a Márcia colocou ali nas fotos, foi justamente isso, de criarmos esse fluxo pensando numa capacitação da rede. Porque é de não revitimizar a criança. Então a nossa preocupação é sentar, montar corretamente os fluxos para que não haja desencontros nas falas. E justamente isso. Então, a questão de pensar, estar pensando e planejado, sim, mas hoje também nós precisamos ser esse reconhecimento para colocar em prática. Porque é importante a gente pensar a nível de Porto Alegre de ter esse reconhecimento também. Porque se tem o CRAI há mais de 21 anos, nós temos todo um andamento, uma sistemática. E a gente fala tanto na proteção da criança e muitas vezes a própria rede, quem está na frente lá na ponta, acaba vitimizando essa criança. **Maria de Fátima Gea, CRAI:** E é justamente a ideia do comitê é trazer isso. É pegar tudo o que já existe e vamos fazer esses fluxos se conversarem. Para que esse paciente, quando chegar lá na escola e revelar, todo o sistema de educação saiba: “Bom,



como é que eu encaminho para o CRAI? O que que eu tenho que fazer? O que que é da minha competência, o que que não é? Se é pela assistência, se é pelo turismo, porque tem muita exploração sexual.” Então é justamente esse alinhamento, essa costura, adaptando o que existe, para que se faça um todo, justamente para evitar os ruídos, para evitar os encaminhamentos inadequados, as revitimizações. Então o comitê, ele justamente tem esse papel importante de enxergar o macro e juntar esse quebra-cabeças para que se crie uma coisa só. Todo mundo conheça o fluxo do outro. Independente do setor, a pessoa que atenda, e que isso não fique numa pessoa, mas fique na instituição, no serviço, no fluxo daquela política ali. Para que todo mundo saiba o que fazer quando tiver um protocolo que seja acessível a todos e que todo mundo conheça o que o outro faz. Hoje existem muitos protocolos que não se conversam. Então o papel do comitê justamente é juntar tudo isso numa coisa só, para que possa se conversar e qualificar todo esse atendimento. **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** E o institucional, né? Que a gente tem que estudar sobre isso, essa violência institucional, ela é nova, mas ela é velha, porque a gente sabe que as crianças sofrem muito em alguns espaços e chega muita denúncia. Então, assim, isso é sério o que a gente está falando, é muito sério. E a gente tem que tomar pé de tempo, sabe? E aqui é o lugar certo para vocês que são, nós que somos, eu incluo, porque estou aqui representando o Conselho Tutelar, sou uma conselheira de direitos também, a gente tem que tomar tento disso e tomar as rédeas disso. Hoje a gente veio aqui para deixar uma definição do que que a gente vai fazer a partir daqui. Nós vamos passar ali de novo no secretário. Eu vi o despacho, ele continua parado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ele está com a Anita Pereira, foi ela que abriu na unidade, está na ASSETEC. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não temos essa pessoa. É o Daniel. **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Mas está aquele despacho que a Mariana. Nós vamos dar uma olhada. Nós vamos fazer o seguinte: nós vamos lá e falar com o secretário. O último despacho é o da Mariana. Eu ia pegar o despacho da Mariana e mandar para o secretário, mas eu vou conversar com ele, vou dizer que está parado ali e que tem que mandar adiante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tanto a Luziele, quanto o gabinete, quanto a Mariana, fizeram despachos semelhantes, mais ou menos, encaminhando e reforçando a necessidade da agilidade do processo. Na ASSETEC ainda não andou. Até eu ia mandar para o Daniel. **Márcia Gil, Conselho Tutelar:** Nós marcamos com a promotora para a segunda semana de fevereiro. Daí nós vamos sentar.

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olha, muito obrigada. O encaminhamento... [Falas concomitantes]. Meu povo! Olha só, nós vamos fazer um despacho pedindo novamente, também atualiar novamente as pessoas indicadas no projeto de lei. Também ver o CRAI como instituição para estar representando. é vital isso, temos que colocar no despacho. É isso! E aí depois a gente pega para ver quem é que está nas instituições aqui, porque a gente tem que pedir as indicações novamente. Agora só para a gente poder fechar aqui outro assunto.

**ELEIÇÃO/FÓRUM E CMDCA:**

Ontem, então, nós tivemos a eleição lá do fórum, dos representantes do ASAFOM, fórum e também do CMDCA. Então, ali eu já coloquei lá no grupo quem foram os eleitos, tanto do atendimento direto, quanto do atendimento indireto. Parabéns a todos. Graças a Deus que eu acho assim, só da gente ter uma disputa, vamos dizer assim, que tem bastantes instituições para concorrerem, já é muito bom. Porque normalmente a gente tem que catar gente para concorrer. Espero que essa próxima gestão que venha, venha a somar sempre, venha a construir sempre. Fico muito triste porque ano que vem, com certeza, nós não teremos aqui o Murialdo com a Lu, o Frei com a CPCA, o Mincarone com a AMURT, a Duda com a Casa do Menino. Mas, igual, nós teremos, porque a gente não vai deixar eles em paz. Nós teremos igual. Porque uma vez CMDCA, sempre CMDCA. Então, a gente não pode deixar as pessoas que contribuem, pessoas que trabalham com a gente, que pegam junto, não é conselheiro só na quarta. E aí, então, a gente precisa ter mais pessoas assim também. E, aí eu só vou falar o nome rapidinho, só para a gente constar. Então, tem o atendimento direto, tem o CAIMC do Topogigio, a Pequena Casa da Criança, a ACM, a APAE, a Associação Amigos da Restinga, a AMURT, o Instituto Pobres Servos, aí como atendimento indireto, a ASAFOM, a Parceiros Voluntários, o Pão dos Pobres, a Associação Amigos do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, a CEMME, a CEPA, Comunidade Evangélica e a FERGS. Então, essas instituições é que vão estar compondo a sociedade civil do CMDCA. E aí a nossa eleição para o CMDCA, ela vai ser dia 7 de janeiro, online. Antes disso, a sociedade civil vai ser chamada para fazer a sua composição e fala lá no fórum. E aí eu já reforço que não é opcional, tá, gente? É para ir. E aí lá a gente tem que compor e ver as nossas articulações como sociedade civil. Aí o governo não participa. Daí a ASAFOM vem na primeira plenária e indica quem da sociedade civil é o presidente e o vice. Acredito que vá ser a próxima terça, a outra, dia 16. Acredito que vai ser isso. Mas a gente ainda não falou certo, porque foi muito recente. Mas acredito que vai ser isso. Até depois da próxima terça em

que quem é eleito do fórum vai se reunir, vai conversar, vai articular. Aí, numa dessas de tudo que tem que ser falado, essa é a próxima pauta deles também. Do fórum, quem são? Casa de Nazaré, a Madre Teresa, Casa de Nazaré é o Lino, Madre Teresa é a Elisa, a SOME é a Rose, a Integração dos Anjos, o Esporte e Vida, o ISBET e o Cheirinho de Mãe. São oito instituições aí lá no fórum, uma a mais. E aí ficou uma instituição como suplente lá. Aí, agora vão os conselheiros da sociedade civil e aí a gente faz uma composição. Aí vamos ver quem é que se propõe, quem não se propõe. Se propõe a isso, se propõe aquilo, e aí para poder ver o que que vai acontecer. Aí de lá, a gente se organiza e aí o presidente da ASAFOM vem para a plenária para fazer a indicação. Que daí no nosso regimento do CMDCA está que na primeira plenária do ano é eleito o presidente e a executiva e tudo mais. Então, a nossa primeira plenária é dia 7, online. Então, daí nesta primeira plenária, a gente faz todas as indicações. A minha proposta é de que, em janeiro e fevereiro, a gente trabalhe online, quinzenal, a contar do dia 7. Então, seria 7 e 21 de janeiro e 11 e 25 de fevereiro, porque a gente pulou a quarta-feira de cinzas. E aí, no dia 4 de março, aí nós iniciariamos presencial com o seminário, que daí também temos que já ver assuntos e tudo mais. **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Para março, nessa data do dia 4 ou no dia 5, quando está definido, também vai ter o segundo Seminário dos Escritórios de Prevenção às Violências, que faz parte. E aí a gente também, não está fechada a data ainda, mas que talvez seja até os dois, porque esse escritório existe como intersectorial para várias questões do governo e a gente vai convidar as pessoas para discutirmos as várias violências de diferentes tipos. Então, já é um aviso e também um convite, um aviso e tudo mais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Quem sabe a gente volte com a nova sede. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Sem previsão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Conte a novela mexicana, por favor.

#### **NOVA SEDE CMDCA:**

**Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Na verdade, sim, foi feito o processo licitatório, porém a primeira obra que foi feita foi a obra da calamidade, então, ok, dispensa o inexo, tranquilo. A segunda, teríamos que ter feito uma dispensa de licitação, enfim. Porém, a contar deste ano, como não foi feito o processo de execução nos termos burocráticos, a previsão na LOA seria para agora 2026, só que não foram projetados, essa projeção não foi feita. Então, assim, agora tem reunião de governo para ver o que que se faz. Mas, mesmo se faça projeto

licitatório, reforma, gente, eu não duvido de vocês, a gente não trabalha na secretaria com menos de 8 meses. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** É que a nossa preocupação, justamente, é isso. Eu acredito, eu sei que vocês estão agora nesse momento trabalhando, mas nós estamos há muito mais de 2 anos esperando por isso. Para vocês terem uma ideia, a Márcia, quando falou no Pólen, eu tentei entrar aqui tanto na internet do celular quanto na internet daqui da Prefeitura, eu não consegui acessar o Pólen. Hoje eu vim trabalhar, eu consegui fazer dois processos e não consegui mais. Então assim, teríamos alguma outra opção? Porque assim, enviar, às vezes, por mais boa vontade que se tenha, sabe? E é cansativo, porque parece que nós somos crianças e que ficam engabelando a gente. Primeiro estava tudo em obras, estava pronto. Pode passar lá e olhar que estão trabalhando. Passamos lá, tudo fechado. Então assim, é difícil, sabe? A gente tenta, mas às vezes acaba acontecendo que desmotiva. Enfim, infelizmente é isso. É bom que as outras pessoas veem, que outros acabam entrando também, fico triste por quem não nos reelegeu, mas para eles também entenderem que não é má vontade nossa enquanto trabalhadores. Então assim, às vezes a gente se torna repetitivo, chatos, mas ao mesmo tempo a gente não consegue explicar de uma forma diferente e somos impotentes. Da mesma forma, as pessoas nos cobram lá fora: o que que vocês estão fazendo lá dentro que nós elegemos vocês e vocês não fazem nada? Acontece, isso são falas verdadeiras. E aí a gente não consegue, a gente dá um passo para frente, dois, três para trás. Peço desculpas em relação ao meu desabafo, entendo também que vocês cumprem determinadas são regramentos que existem, mas ao mesmo tempo, sabe, fico pensando qual é realmente a importância do nosso trabalho frente à Prefeitura municipal e que resposta nós teremos que dar para essa sociedade que nos cobra quase que diariamente e muitas vezes ligam para o nosso celular nos cobrando. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Então, eu tenho assim uma proposta, se a gente não consegue em relação à obra, então que locassem um espaço decente. Se vai demorar, porque olha só, a gente tem que levantar para ouvir os colegas. De manhã, hoje, a gente só tinha um computador para trabalhar, porque o notebook resolveu não ligar. Entendeu? Então assim, fica difícil. Eu acho que é isso, no mínimo o conselho sempre teve um outro olhar, né? A gente sempre teve um outro olhar para com o conselho, de poder receber as instituições, o próprio CPA, o comitê de participação, de ter um espaço, né? Eu acho que já está mais do que na hora. E até porque a própria secretaria foi lá na plenária do fórum, falando de que em abril de 2024 nós estaríamos em um espaço novo. Eu acho que é nesse

sentido. Bom, a gente não vai conseguir, então vamos locar provisoriamente. Conversar com o Gabinete do Prefeito. O Prefeito ganhou o Amigo da Criança, né? Então, acho que é a gente relembrar algumas coisas que é importante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, eu acho que assim, como tanto a Andréia, quanto a Rose colocaram, nós já estamos há 3 anos, mais ou menos, aqui na mesma situação. E pedindo estrutura, pedindo mais computador, pedindo profissionais para trabalhar. Eu sei que é a mesma situação que vocês estão também. Mas assim, está bem complicado, porque nós temos a possibilidade, até enquanto instituições, de ir para qualquer instituição nossa. Em qualquer instituição nossa, nos dariam uma estrutura fantástica. Sabe? Só que não cabe a nós darmos estrutura para nós, é a Prefeitura que tem que nos dar a estrutura. E aí, eu entendo os prazos burocráticos, mas eu não compreendo que em 3 anos não deu para fazer. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Eu vou falar agora, se tu me permite. Eu posso falar pelo escritório do Juliano do que ele fez, que eu acompanho ele do meio do ano para cá. Realmente esse acordo foi fechado lá em março. Tem um processo que o Juliano fez. Então assim, de março para cá a gente consegue dar uma acompanhada no processo. Agora, realmente, os termos burocráticos e aí a gente travou. Então assim, vai ter que ser feita uma reunião de governo, já está acertado inclusive, para ver o que que eles vão dar de celeridade ao processo. Só que o seguinte, não vai conseguir fugir de uma licitação, de obra. Então por isso que eu falo para vocês. Não tem como eu dizer, chegar aqui e dizer assim: não, amanhã a gente vai estar lá, foi resolvido. Sinceramente, vai levar mais de uns 6 meses. Pode ser que seja feita muito mais rápido a obra, enfim. Estudos de projeto já estão todos feitos, tudo, material, equipamento, tudo isso está pronto. Só que a gente esbarra nas questões burocráticas. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Por isso que eu acho que, em razão, é isso que eu ia chegar, em razão da perspectiva de demora e em razão do não atendimento nessa proposta que vem de tempo, eu acho que agora a melhor saída seria, temporariamente, procurar o secretário ou a locação de outro espaço, que deveria ser um espaço já completo, que não dependesse de grandes reformas, senão nós caímos de novo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho, Secretário, assim, de que isso seria ótimo se o senhor pudesse, junto com o Gustavo, pegar para vocês tocarem. Porque assim, é algo que a gente necessita de agilidade de dentro do governo. E aqui, assim, foi uma tentativa que a gente fez, condicionando para a liberação de um recurso. Aí a gente condiciona a liberação de um recurso, aí a gente vem

solicitando mais recurso. E aí não tem como a gente negociar se o mínimo de estrutura não é dado. Não tem como negociar. Sabe, assim, a gente quer trabalhar, a gente quer fazer captação, a gente quer fazer muita coisa, mas a gente não consegue. A gente não consegue, e aí eu digo “a gente”, eu digo eu, o conselho e o FUNCRIANÇA. A gente não consegue dar conta. Quando a gente olha para o lado, estão saindo dois funcionários pela porta. Quando a gente olha, tem de repente um novo entulho no canto da sala. Sabe, assim, não consigo compreender o que se vê como conselho. Sinceramente, não consigo compreender. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Não, mas isso nós vamos dar uma conversada com o secretário, com o Juliano, e depois nós trazemos para vocês na semana que vem. Porque é pensar para isso, tem que conversar com o secretário, com o Juliano, com o Coronel, com o Prefeito, mas sair daqui da secretaria com alguma ideia e uma proposta, eu acho que é uma boa proposta. É necessário. Vamos conversar com o Juliano para fazer essa proposta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Rose, tu tens um retorno sobre a questão da saúde mental, só para a gente atualizar as instituições?

#### **DEMAIS RETORNOS:**

**Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Ainda não. Vai sair no DOPA ainda. Teve um problema, o DOPA teve algum problema, não sei. E o Daniel hoje passou aqui, acho que até sexta-feira. Hoje é quarta. Acho que até sexta-feira está tudo ok para a ASAFOM apresentar a proposta. Ainda não temos o veredito final do DOPA, dizendo que realmente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Outro assunto, eu perguntei para a Viviane agora aqui também como é que está em relação ao aporte para a SMAS. Fiquei bem surpresa ontem na plenária, quando estava conversando com algumas instituições, e algumas instituições que têm termo de convênio ainda não tinham entregue os planos. E isso era para ser entregue até quinta-feira passada. Aí, meu lado mau, aí eu trago para vocês bem assim: para mim, é que nem a gente já falou lá, o recurso tem que ser pago a este ano e ele tem que sair daqui, ser pago este ano, porque não tem como a gente organizar para o ano que vem. E aí, meu lado mau, como eu brinco, é de que se a instituição A, B, X não entregou, não vai trancar a outra e não vai receber. Sabe? Então assim, isso eu queria trazer para vocês porque a gente vai ter que fazer algo para deliberar, porque senão, a gente, até teve uma instituição que me disse assim para mim: “não,

544 mas não te preocupa, porque a Jucemara que está cuidando dos planos, disse que não vai sair  
545 este ano, só vai sair em janeiro”. Aí eu disse:” olha, é este ano”. “Não, não, ela disse que não  
546 vai sair este ano”. Sabe, assim, não tem como, são orçamentos. Não tem como, sabe? Assim,  
547 lógico que uma coisa é o que a gente fala, outra coisa é o que chega lá realmente na ponta. Mas,  
548 de qualquer forma, o que eu penso é que uma instituição não pode travar o processo. **Neiva**  
549 **Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Isso é uma coisa que a gente  
550 tem que ligar para a Viviane e dizer: está chegando essa informação. Porque a direção de  
551 parcerias hoje, ela é ampla, eu acho que ela é quase a maior da SMAS. Então, ela pegou parte  
552 da prestação de contas, parte ali de todos os contratos, convênios, então ficou imensa. E aí, bom,  
553 eu sei que a Jucemara, a Viviane colocou uma única pessoa exatamente para centralizar e para  
554 dar agilidade. Então, se ela está dando essa informação, tem que falar com a Viviane onde é que  
555 está o entrave. É bom a Viviane saber como é que está chegando na ponta, porque daqui a pouco  
556 as pessoas se acalmam. Ah, não vou fazer agora porque já não é para este ano. E aí nos trava  
557 mesmo. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Sim, liberado daqui já está, só falta dar  
558 o vindo daqui. Foi conversado semana passada, a gente fez um estresse, a gente parou a  
559 secretaria e o fundo inteiro para fazer empenho, chamamos o Juliano aqui para cá. O Alexandre  
560 empenhou, tudo certinho, já está empenhado, já está liberado. Então assim, é só realmente se  
561 ela recebeu o processo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
562 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tu sabe dizer se, porque  
563 estava um plano que o da SMAS tinha que ir para a Fazenda. Sabe me dizer se isso já foi?  
564 **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não sei te dizer. **Carolina Aguirre da Silva,**  
565 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
566 **do CMDCA:** É o plano genérico para a desvinculação, que pede ali... Não sei. O que me  
567 passaram é de que o plano que tinha sido enviado não foi aceito, porque estava com x coisas  
568 faltando. E aí, a SMAS pediu os planos para as instituições para construir, para enviar com  
569 todos os dados. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** A  
570 questão da exigência de três orçamentos está correta? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
571 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:**  
572 **Que eu saiba, está. Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O  
573 conselho também está exigindo três orçamentos no envio do plano de trabalho, porque entre o  
574 projeto e a execução vai levar um ano de tempo. Acontece o seguinte, Carol, é quase impossível  
575 a gente fazer as coisas que o governo está pedindo. A gente trabalha há mais de 25 anos; a

576 situação burocrática, desculpe a expressão, aqui tem gente do governo, mas vai me entender  
 577 pelo lado bom. A gestão burocrática do serviço público está obrigando a nós nos  
 578 transformarmos num serviço público, só que a gente não tem estrutura para ser um serviço  
 579 público. O próprio serviço público já não tem estrutura para ele, e estão querendo que a gente,  
 580 que tem menos estrutura do que o serviço público, seja mais do que o serviço público. É  
 581 impossível. Só para você ter uma ideia: agora em janeiro está terminando o termo de  
 582 colaboração da educação infantil, e tem uma notícia, que não sei se vai se confirmar ou não,  
 583 que as entidades que ficarem com dinheiro na conta têm que devolver. **Carolina Aguirre da**  
 584 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
 585 **Presidente do CMDCA:** Já está certo. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente**  
 586 **Amurt-Amurtel:** Então assim, começa com uma incoerência. Nós temos um calendário, vou  
 587 dar o exemplo da educação infantil, nosso calendário para em janeiro, férias coletivas. Então,  
 588 não pode requerer que a gente devolva os recursos de dezembro, porque os recursos de  
 589 dezembro, em grande parte, são para gastar nas férias. Eu acho que nós temos que fazer um tipo  
 590 de rebelião saudável e ética para mudar isso; não tem condições. Nós estamos feito louco lá na  
 591 instituição porque temos que gastar todo o dinheiro até o final do ano, temos que fazer todo o  
 592 serviço até o final do ano e não encontra mão de obra agora. Os trabalhadores da construção  
 593 civil, até os empreiteiros avulsos, eles têm o costume de parar no Natal e Ano Novo; é a única  
 594 férias que eles têm certa no ano. Então, eu vou pleitear para a Carol que a gente faça uma reunião  
 595 lá no centro de governo. Vai ser uma das últimas coisas que eu vou poder ajudar diretamente  
 596 aqui o CPCA, mas eu faço questão de ir lá para explicar. Porque assim, se o governo não  
 597 entender o que está acontecendo agora, eu não sei. É outra coisa que eu vou dizer assim: nós  
 598 temos que fazer tudo, temos prazo, temos tudo. Agora, o governo, na hora que ele atrasa os  
 599 repasses, tudo bem. Na hora que ele promete que vai lançar um edital e não lança, tudo bem.  
 600 Ele faz um edital com incorreção, ele vai lá, corrige e joga para frente, tudo bem. Então não dá  
 601 para ser assim. Vocês me desculpem eu ser franco e sincero, não dá para ser assim, nós não  
 602 temos condições. Eu acho que se o CMDCA não for, eu vou dar um jeito de ir pessoalmente lá  
 603 e vou provocar o centro de governo ou a PGM, porque não dá, passou do limite. Eu,  
 604 sinceramente, hoje eu não sabia o que fazer. A moça nossa do administrativo, chegou um  
 605 horário da manhã de sexta-feira, ela teve um surto, ficou chorando lá meia hora, tiveram que  
 606 levar ela lá para o outro setor para apoiar. Porque assim, é orçamento, orçamento, orçamento,  
 607 orçamento de uma coisa que a gente sabe que não vai aproveitar; alguns sim, outros não. Outra



608 coisa, três orçamentos. Não sei se alguém já falou isso. Eu posso dizer que são raras as  
 609 instituições, e a nossa se coloca nas raras, que fazem os três orçamentos mesmo. Tem instituição  
 610 que tem papel na gaveta timbrado, tem outra que, uma vez me contaram que tinham três  
 611 orçamentos que era com a mesma letra escrita, a mesma forma de letra. Então, a gente sabe que,  
 612 ok, tem que fazer orçamento, ok que para certas coisas tu tem que fazer até mais de três  
 613 orçamentos. Nós estamos com a parte de energia elétrica lá, nós já fizemos cinco orçamentos e  
 614 não gostamos de nenhum. Porque orçamento realmente é uma coisa delicada, mas tem que ser  
 615 delicada para coisas grandes. Tu vai comprar um garrafão de água, não dá para fazer três  
 616 orçamentos. Tu vai comprar dez canetas, teoricamente tem que fazer orçamento até para dez  
 617 canetas, porque eu perguntei: tem um valor limite mínimo? Eu não ouvi falar de valor limite,  
 618 quer dizer, na teoria tu tem que orçar tudo. Eu me lembro do tempo do Tarso Genro, quando  
 619 assinou lá o modelo inicial de prestação de conta, constava cópia de cheque. Vocês acreditam  
 620 que quando a gente já não usava mais cheque, ainda estavam pedindo cópia de cheque? Não  
 621 tem condição. E outra coisa, cópia de cheque não é um documento. Cópia de cheque, qualquer  
 622 um bota um papel na máquina de escrever, naquela época, e batia ali como se fosse o cheque,  
 623 batia na cópia. Vai pedir três orçamentos, eu quero então ver a Prefeitura ir atrás de ver se os  
 624 três são verdadeiros. E aí quando os outros dizem: "Ah, vamos fazer de qualquer jeito", o que  
 625 que eu vou dizer? Eu fico de braços cruzados. Ontem, várias coisas eu mandei para a SMED  
 626 com um orçamento só. E eu falei para a Jucemara: "Nós vamos tentar tirar mais orçamento, mas  
 627 nós não conseguimos tirar o orçamento". Então, eu não sei o que a gente vai fazer. E agora,  
 628 quando tu falou, Carol, assim, de que "ah, não sei, vamos ter que dar um duro nas OSCs", eu  
 629 acho que é o contrário. Eu acho que tem que chamar todas as OSCs para uma reunião e dizer  
 630 assim: vamos lá para a frente da Prefeitura, que nem a gente ia no tempo do outro governo, com  
 631 as painéis. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
 632 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas são coisas ainda diferentes,  
 633 Mincarone. Porque assim, por exemplo, eu falo em dar duro nas OSCs em relação a que elas  
 634 cumpram os prazos, porque a gente está tentando acelerar o processo que está desde março, a  
 635 gente está tentando acelerar para este ano ainda. E as instituições, infelizmente, eu não  
 636 concordo, mas os três orçamentos é histórico ser pedido. Se é legal ou não, desconheço. Mas  
 637 me choca, e eu achei deselegante, como diz a apresentadora lá, a questão dos orçamentos que o  
 638 senhor me falou. Porque assim, me lembrou da época de ter nota feita à mão. E a gente tem,  
 639 lógico, no momento tudo tem o bom e o ruim, mas a gente tem que prezar, principalmente, para

que as instituições façam as coisas, isso é uma fala que eu sempre faço, as instituições têm que fazer o correto para que a gente possa apontar para a Prefeitura que ela não está fazendo o papel dela. Agora, a Prefeitura não faz, a gente não faz no tempo certo, e aí depois a gente vai gritar somente? Não é nem como bater panela, é só no grito por grito. Então, também não dá. Eu acho que a gente tem que, sim, mobilizar para a gente ainda agora, antes do final do ano, sentar com o prefeito até, porque eu acho que a gente tem que sentar e articular algumas coisas até para o ano que vem. Porque o nosso prédio, o recurso daqui, os recursos lá da educação infantil, o recurso da educação integral, a gente está com tanto problema que, com certeza, quem não tem um problema cardíaco está à beira de ter. Porque está tendo muito problema no final do ano e a gente não está sabendo para onde correr. O edital de educação infantil, então, para mim é o meu problema maior nesse momento, porque, tipo assim, tu está credenciada. Ah, tá, e agora? Tu está credenciada, somente isso. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Agora vai chegar e estourar o final do ano e não saiu o edital. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topoggio) – Presidente do CMDCA:** Somente isso, tu só está credenciada. A Prefeitura pode te chamar ou não.

**Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O governo do estado, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, ela está há 10 anos dando prorrogação do Programa de Oportunidades e Direitos. Por que que o estado disse que pode e chega ao município e diz: "Não, é só 5 anos, que não pode prorrogar"? Pode prorrogar, mas todo mundo já sabia que tinha que prorrogar. A SMAS foi mais inteligente, ela prorrogou por 2 anos, então vence só no ano que vem. A Secretaria de Educação prorrogou por 1 ano, vence todos. E a maior quantidade de termos de colaboração é com a educação, é mais do que o dobro do que com a SMAS. Agora, vai chegar quando? Vai chegar na véspera do Natal e dizer assim: "Olha, nós vamos ter que prorrogar". **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Uma dúvida com relação a isso, mas que vim aqui para tirar. Eu tenho só uma dúvida: o Paulinho, eu até estava na Alemanha quando liguei com o Paulinho, ele estava fazendo o plano de aplicação. Concordo muito com alguns elementos que o Mincarone colocou. Uma coisa, assim, atrasou um ano, mas em março, quando nos reunimos, nosso secretário estava junto lá quando a gente acordou. A própria reunião que eu tive antes de viajar junto lá, a Ana Pellini, da Secretaria da Fazenda, fez um pedido até de desculpa por ter feito aquele parecer que acabou

672 atrapalhando o processo por causa de uma interpretação lá da lei que não recordo, ela explicou  
673 lá muito bem. E agora, nós com poucos dias para fazer algo que é bem complexo. Para fazer  
674 bem feito, concordo com o Mincarone. Tanto que eu pedi para a Patrícia trazer para o conselho  
675 uma preocupação. Mas se a gente quer qualificar o processo, inclusive o Paulinho me falou que  
676 o plano de aplicação é para 4 meses. Pode ser até 4 meses, Mincarone, não é execução em  
677 dezembro. Não sei se para ti chegou. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente**  
678 **Amurt-Amurtel:** É, mas tu tem que programar todos eles e ter o orçamento de todos eles. **Frei**  
679 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, é bem difícil.  
680 Eu, como já estava trabalhando lá num projeto de qualificação do espaço físico, eu já tinha o  
681 processo no andamento. Eu estava tentando já apresentar para captar de outro jeito, não  
682 consegui. Mas para quem tinha que partir do zero, por exemplo, com uma ampliação e  
683 qualificação do espaço físico com todos os orçamentos, é muito complexo para fazer. Não é  
684 uma semana para fazer, é impossível aquilo que ele falou. O que eu acho é que tem que ter o  
685 repasse, mas um jeito de fazer o plano de aplicação, tanto que a legislação permite que o plano  
686 de trabalho seja alterado de acordo com a necessidade do tempo, em acordo com o gestor. Nós  
687 temos aqui um acompanhamento, no caso da FASC, que está recebendo esses planos, de poder  
688 ter essa capacidade. Eu estou prevendo em janeiro, fevereiro, cursos de terceiros e uma  
689 execução de uma microquadra de esporte para as crianças. Se eu não tivesse o pré-projeto, seria  
690 impossível fazer, de acordo com o que o Mincarone falou, é impossível. Até para tu conseguir  
691 um orçamento hoje, os três, é muito difícil. Primeiro é difícil de achar as empresas que são  
692 muito caras, as grandes, que até têm o setor, e as pequenas, nossas comunitárias, demoram  
693 muito para fazer um orçamento. Tem que ter a RT, responsável técnico, porque é um espaço  
694 que vai cuidar da criança. Senão não faz sentido nós nem fazer as visitas nossas do conselho  
695 para dizer que foi feita uma obra que colocou em risco depois as crianças. **Luiz Alberto**  
696 **Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas a questão é o seguinte, se o  
697 governo exigir na hora do pagamento da nota fiscal, na execução, que tenha orçamento, eu acho  
698 que a partir de um certo valor, ok, pode pedir três orçamentos, mas a partir do momento que  
699 você vai executar. Não pode pedir um planejamento que é um planejamento de faz de conta.  
700 Nós estamos com um planejamento do começo do ano na educação, na qual foi colocado que  
701 nós teríamos os 5% de reajuste para a qualificação dos professores. Quando é que entrou os  
702 5%? Nem me lembro, mas no ano passado foi pior ainda, passou acho que foi lá por outubro  
703 que pagaram. Então, a gente fica completamente desnorteados. Pressão para entregar, porque se

não entrega não vai receber. Se tu entrega, é um faz de conta, porque tu vai entregar uma coisa que tu não sabe como é que vai entrar o dinheiro. Eu vou levantar todas as datas que foram pagos com atraso. Então, nós temos que fazer alguma coisa. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Questão de ordem, Presidente, eu tenho que sair. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, fala, meu bem. Só deixa a Jeniffer dar um retorno aqui, que eu pedi. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Rapidinho. A questão da descentralização está ok, agora é só empenhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vai, Sônia.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

**Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu agradeço, então, essa inversão de pauta, mas é que eu tenho uma pauta também prioritária e pessoal, e eu tenho que estar em São Leopoldo, então eu estou saindo na corrida. Comissão de Finanças, então. Processo SEI 23.0.000063900-1, OSC requerente **MORRO DA CRUZ**, e o projeto é o Coletivo Morro da Cruz. A OSC encaminhou a adequação do projeto, documento SEI 36832296, pois ela possuía uma carta de captação aprovada através da Resolução 120/2023, no valor de 1.492.000,37, e no entanto, ela captou 72.069,69. O objetivo do projeto é oferecer o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 60 crianças do Morro da Cruz, entre 6 e 14 anos. O parecer da Comissão de Políticas é o 36766673, e ele foi favorável. Não há alteração de objeto, é somente a adequação, então, das despesas. Ela ajusta o projeto, e a carta de captação tem seu vencimento em 31 de dezembro de 2025. Ela ajustou o projeto a 71.889,52, com 5% de retenção. Em análise a comissão é *favorável* a essa adequação do projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tchau, gente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Políticas.

#### **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

**Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Estamos com 11 processos encaminhados para finanças. Dos 11, são 10, porque a Sônia apresentou um, está aprovado, e um processo agendado a reunião para a próxima quarta-feira, dia 10/12. Lá no São José. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

**Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E como está a caixa de vocês? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Estão todos em andamento. Os 10 processos em andamento, em análise, para a Comissão de Finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, passaram a bola de 10 para a Finanças, e daí a que ficou para ver com a Sônia. Comissão de Registros?

**COMISSÃO DE REGISTROS:**

**Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Que pergunta sensível. Tu não quer saber quanto tem na caixa? A gente até fez uma limpa agora. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que tem muita coisa que falta detalhe. A gente devolveu e-mail, pediu mais uma ou outra coisa. **Francyne da Rosa, CEMME:** São duas reativações de registro. **A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DOS PIÁS.** Eles mandaram toda a documentação, perderam ali o prazo do recadastramento, mas mandaram toda a documentação. Ficou faltando o termo do imóvel. Só que eles mandaram, daí, um print da tela do sistema que está em tramitação esse documento da OSC. E está em tramitação há anos, inclusive, então não se tem previsão desse documento ficar pronto. De qualquer forma, a gente entendeu que esse documento talvez não chegasse nesse momento, mas estava encaminhado. A OSC já tem registro, estava, perdeu o prazo só do recadastramento ali, mas estava em dia até então. Então, pensamos em fazer o parecer favorável para essa instituição para a reativação do registro. Ficou reativação pelo fato do prazo do recadastramento, pois eles não estavam irregulares ainda neste ano. E a outra instituição é o **CENTRO COMUNITÁRIO INFANTIL RAINHA ELIZABETH.** Ambas são educação infantil. E essa instituição encaminhou toda a documentação, também a mesma coisa, perdeu ali o prazo de recadastramento, e aquele e-mail também do início do ano de 2025, então o atestado está até 2024 final. Mas da mesma forma, como a documentação está em dia e não faz tanto tempo que perdeu esse prazo deste ano, a gente também concedeu o parecer favorável para as duas OSCs para a reativação de registro. É atendimento direto educação infantil. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Então, ali eu tenho dois processos que são RTMAS. Processo 24.0.000126845-3, **LAR DE SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS.** E o processo 23.0.00130433-8. É a **FADEM - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO DE DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.** A Comissão de Monitoramento e

avaliação do CMDCA conclui que a entidade cumpriu as metas previstas no plano de trabalho e atendeu a sua função social, mantendo o alinhamento com o interesse público. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A primeira lá não vai ser votado. Teve visita hoje, que a gente já colocou ali no grupo do CMDCA. Fui eu, Guilherme e a Neiva. Então, geralmente eles só colocaram no projeto lá que é o atendimento pela manhã, a gente foi e estava vazio o campo, é um estádio de futebol. Então, geralmente agora nos últimos anos tem algumas escolinhas também no registro no CMDCA devido às emendas. Aí depois não querem mais, só aquele ano ali que se registra para receber essa emenda que alguns vereadores ou a secretaria exige que tenha registro no CMDCA. Então, a gente foi lá, não tinha ninguém no campo. Aí, então, teve a que fomos no local e vai ficar para outra data para nova visita. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entendido, gente. Vamos colocar em votação, então. Quem é favorável aos pareceres, por favor? Ok. **APROVADOS.**

#### **RETORNO DE REPRESENTAÇÕES:**

As nossas representações da semana. A Adriana, por favor, e depois a Mariana.

**Adriana Guedes, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Eu representei o CMDCA na palestra da Professora Doutora Bárbara Carine, que aconteceu na Uniritter, sexta-feira pela manhã. Foi uma ação organizada pela Associação de Amigos da Restinga. E foi excelente, a palestra em si foi excelente. Na minha fala, eu relacionei a educação antirracista com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e depois pude desfrutar de mais ou menos 1 hora e meia, quase 2 horas, da Bárbara Carine. Quem não conhece, siga. Quem puder ir nos próximos eventos que ela vier para Porto Alegre, que ela disse que já é o segundo novembro que ela vem para Porto Alegre, ela já está colocando Porto Alegre na, costumeiramente. Quem puder segui-la no Instagram, ela é uma intelectual diferentona. Foi um prazer representar este conselho.

**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. A Adriana representou no evento lá na Restinga. E a Mariana representou na audiência pública que teve sobre a primeira infância. E também representou, junto estava lá da sociedade civil também, estava a Anne, que ela é representante da Alma Matter e ela é suplente também aqui do conselho do CMDCA. A Anne, por favor. **Mariana Nunes, Coordenadoria da Pessoa Idosa:** Segunda-feira teve o Conselho Municipal da Educação. Teve a audiência pública referente ao protocolo de violência nas escolas. A gente se fez presente, inclusive fez uma fala referente à importância de mapear os territórios para

800 garantir o direito da criança, não só olhando de forma geral, mas olhando a forma cultural,  
801 territorial da criança ali e garantir todos os outros direitos. Porque também a gente está falando  
802 sobre, porque foi falado muito sobre os professores, sobre os despreparos e tudo mais. Eu acho  
803 que é importante desse protocolo ser só um guia, um norteador, e a análise de cada criança,  
804 quando for abordada, ser analisada cada caso por cada caso, porque nem numa avaliação clínica  
805 um protocolo é generalista, imagina se for utilizado esse protocolo para fazer essa avaliação  
806 contra alguma violência na escola. Essa foi minha fala na segunda. Na terça-feira a gente teve  
807 um seminário sobre escuta protegida em entrega voluntária. Maravilhoso. Se vocês puderem ir  
808 da outra, muito bom. Dentro desse seminário também teve sobre a questão da adoção  
809 antirracista, a quantidade de casos que se tem sobre devolução de crianças referente ao racismo,  
810 de famílias que acabam devolvendo por a criança passar por processos traumáticos referente ao  
811 racismo e não conseguir suportar. É muito grande, assim, a palestrante maravilhosa. Falamos  
812 do acolhimento institucional de crianças de 0 a 2 anos ser muito grande no estado, e eu fiquei  
813 perplexa com isso. Falamos da importância da família acolhedora, da criação e de incentivar  
814 esse programa referente a isso, eles falaram, justamente pela questão de criação de vínculo, de  
815 realizar, fazer o vínculo para o desenvolvimento dessa criança ser mais ampliado e não  
816 institucionalizar essa criança. Na quinta eu teria a audiência do SER, que era sobre adultos com  
817 deficiência intelectual, e eu não consegui, tive um problema pessoal. Avisei a Carol, não  
818 consegui, infelizmente. Mas convidei toda a coordenadoria daqui do lado e todos eles foram me  
819 representando para lá. Então, o Will e toda a coordenadoria dos direitos da pessoa com  
820 deficiência foi lá para mim, depois passou, foi muito maravilhoso, teve vários envolvimento  
821 muito bons, então se fez presente, entre aspas, mas eu não consegui, desculpa. E ontem a gente  
822 fez, teve muita gente. Mas a apresentação da política pública municipal integrada da primeira  
823 infância. Foi ontem, foi uma mostra da preliminar dessa minuta, né, então que tende a ter uma  
824 aprovação, mas essa minuta não está construída ainda. Na realidade, a gente tende a terminar  
825 de fazer toda a descrição do que foi ouvido durante a plenária, tá? Falei da importância da gente  
826 parar de fazer políticas públicas para a gente enxugar gelo e sim falar, quando a gente fala de  
827 primeira infância, a gente fala de políticas públicas para prevenir, de prevenção, né? Então, teve  
828 várias cutucadas, entre conselho tutelar e essas outras coisas, né? Sobre colocar, sobre o  
829 Ministério exigir que crianças neurodivergentes estejam lá e não dar garantia, enfim, várias  
830 outras coisas que a gente, foi levantado a importância de ter vários conceitos lá, mas essa pauta  
831 vai ser construída. Os conselhos já têm a lista da importância que a gente levar. O GT vai entrar,

vai fazer toda a descrição e a gente vai botar a áudio descrição e aí a gente vai fazer a lista dos conselhos que são importantes e vamos fazer o chamamento. Mandeí dentro da minuta ali direitinho, que era o que a gente vai levar. Botei enquanto eu estava passando o microfone para cada um, que me deixaram tonta, eu mandei tudo que tu me mandou e mandei alguns outros conselhos que citaram lá que eu não sabia. Mas botei tudo que me pediu. Dia 9 também, isso é uma coisa da executiva, vai ter um seminário, até que eu vou compartilhar contigo, Carol, que eu acho que seria muito importante, um seminário do TCE, é isso aí, o qual vai ser de primeira infância, que ele chama todas as cidades do estado, e para assinatura de termo de compromisso com a primeira infância. E, a princípio, a nossa cidade vai fazer a assinatura, vai assinar. Então, se alguém quiser, tem vários, muito top. Tem a questão de políticas públicas para o terceiro setor, tem sobre educação infantil, é muito legal as oficinas de lá. Vou mandar para o grupo ali o link de formação, se vocês quiserem. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Só para relembrar e deixar em ata que nós entregamos uma carta compromisso, né, Carol? Em todos os pontos da primeira infância, da nossa participação nos espaços, da própria sede do conselho. Eu até estava lendo para rememorar que nós entregamos uma carta compromisso no dia 13 de setembro de 2024. O ponto e as ações, e o Prefeito assinou. Então, só para deixar registrado que tudo que a gente combina aqui, nós também combinamos com o Prefeito. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Esses dias, ainda bem que uma era online. Então, eu estava com o fone numa reunião, presencial na outra reunião, e aí pedi para a Mariana representar o CMDCA em outra reunião. Eu brinco que no final do ano todo mundo quer fazer alguma coisa. Não faz o ano todo. Mas está bem complicado. A gente acaba priorizando e, infelizmente, não agradando. Porque o presidente do conselho tinha que estar lá. Tinha que estar, como também tinha que estar na outra, como tinha que estar na outra, como tinha que estar lá na instituição dela trabalhando, como tinha que estar em tudo que é lugar. Mas a gente não consegue ainda. Mas só para a gente desabafar um pouquinho. Mais alguma outra coisa, gente? Eu tive retorno da Viviane agora aqui. A Viviane me falou de que está aguardando só os planos para até 20 planos que faltam agora, só alguns acertos, e que com isso consegue mandar a documentação que precisa para pagar ainda este ano. Ela reforça que é ainda este ano. Então, para a nossa parte está tranquilo também. Mais alguma coisa? As atas, claro.

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS 38, 39 A 40/2025:**



864 Nós temos três atas para aprovação. Alguma questão nas atas? Então, em aprovação, por favor.  
865 **APROVADAS POR UNANIMIDADE.** Bom, meu povo, acho que por hoje chega, né!  
866 [Risos]. Encerramos!  
867 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos  
868 da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob  
869 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.